

Desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental O caso Petrobras

Leandro Callegari Coelho (UFSC) leandro@deps.ufsc.br
André Luís Padovan (UFSC) apadovan@eletrosul.gov.br
Luís Moretto Neto (UFSC) moretto@cse.ufsc.br

Resumo: Este artigo aborda o tema da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos e de sua relação com a visão que a sociedade tem sobre o assunto. A abordagem do tema se dá pela percepção da necessidade de preservação do meio ambiente, da agregação de valor à marca que se tem ao ser ambientalmente responsável e os benefícios econômicos desta agregação. Foi feita uma análise utilizando-se a empresa Petrobras, que faz grandes investimentos em prevenção e cuidados ambientais, porém mesmo com tantos investimentos, nos últimos anos houveram seguidos acidentes que ocasionaram desastres ambientais e como conseqüência causaram uma mancha na imagem da empresa. Com isso conclui-se que para uma empresa obter sucesso a longo prazo, esta deverá ser economicamente saudável e correta ambientalmente, ou seja, ser sustentável.

Palavras chave: Responsabilidade Ambiental; Sustentabilidade; Ética Empresarial.

1. Introdução

Tempestades como o Katrina no sul dos Estados Unidos em 2005 ou o tsunami ocorrido na costa asiática em 2004 afetam o desenvolvimento econômico e social de sociedades inteiras por meses. Secas, temporais, vendavais, maremotos têm se tornado preocupações freqüentes nos últimos anos, não só pelo perigo físico que representam, mas pelo seu poder de destruir plantações, instalações, sistemas de comunicação, dentre outros. Posto isso, ambientalistas citam o crescimento desordenado, o desenvolvimento inconseqüente, a exploração demasiada da natureza como vilões e se mostram preocupados com o modo como a sociedade empresarial e industrial têm se comportado.

Por outro lado, as empresas visam obter lucros num mercado altamente competitivo, globalizado, onde itens como custo e qualidade são praticamente comuns a todos os concorrentes. Para se destacar neste mercado, elas (as empresas) precisam agregar fatores que motivem a fidelização do cliente, a atração de novos consumidores, que estimulem a lembrança da marca e a confiança nos produtos/serviços oferecidos à sociedade (GRAJEW, 2002).

É inegável que empresas socialmente e/ou ambientalmente responsáveis já deram o primeiro passo para ter agregado à sua marca esse diferencial que o mercado procura. O assunto, muito discutido nas últimas décadas, preconiza além da eficiência econômica, a justiça social e qualidade ambiental (Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).

Para ilustrar e dar subsídios a discussão abordada neste artigo, será feito uso da empresa Petrobras, maior empresa brasileira no ramo de energia, uma das maiores do mundo no setor, e maior estatal brasileira, considerando aspectos de preocupação, cuidado e recuperação do meio ambiente.

2. Desenvolvimento Sustentável

Toda atividade humana está associada ao meio ambiente, desde a alimentação, que faz uso do solo e extrai recursos (animal ou vegetal), passando pelos processos de manufatura, onde o meio ambiente entra como fornecedor de matéria-prima, até chegar na situação onde atua como depósito de dejetos (CAVALCANTI, 2004).

Essa situação é observada desde o início da civilização, porém em um ritmo muito menor que o atual, não chamando a atenção para as conseqüências ambientais. Após a 2ª Guerra Mundial, a população mundial teve um crescimento jamais visto em toda a história, e junto com ele houve um aumento ainda maior dos processos de produção. Como as pessoas e processos de produção estão diretamente ligados ao meio ambiente, este aumento trouxe conseqüências desastrosas aos recursos naturais em todo o planeta.

Apesar de alguns autores citarem a existência de políticas ambientais desde o século XVII, foi no período pós-guerra que o meio ambiente entrou na pauta de discussões internacionais (VIEIRA, 1998). Durante os últimos 60 anos a questão ecológica gerou políticas ambientais que tiveram uma evolução bastante acentuada, devido ao ambiente externo (político), um maior conhecimento e a própria maturidade com que o assunto passou a ser tratado.

Essa evolução pode ser percebida se avaliarmos três etapas do processo: as políticas ambientais entre o pós-guerra até 1972, as políticas resultantes da Conferência de Estocolmo e as resultantes da CNUMAD-92 (Rio-92). Na tabela a seguir encontra-se um resumo destas políticas.

Tabela 1 – Evolução da Política Ambiental

Até 1972	Estocolmo	CNUMAD-92 (RIO -92)
Saneamento	Poluição da Água	Proteção dos Oceanos/ Águas Doces
Incômodos	Poluição do Ar	Mudanças Climáticas
Resíduos Domésticos	Resíduos Industriais	Resíduos Tóxico e Nucleares
Espécies em Extinção	Amostras dos Ecossistemas	Biodiversidade e Florestas
Crescimento	Ecodesenvolvimento	Desenvolvimento Sustentável
Exploração dos Recursos Naturais	Extinção dos Recursos	Redução de Consumo/ Estilos de Vida
Movimentos da Sociedade: Conservacionismo/ Nacionalismo	Conservacionismo/ Ecologismo	Internacional Ecológica (Tratados, ONG's, Redes)
Educação Sanitária	Educação Ambiental	Cidadania Planetária
Base Legal: Códigos de Águas, Caça, Pesca, Florestal e Mineração	Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	Constituições/ Convenções

Fonte: Liszt Vieira e Celso Bredariol, "Cidadania e Política Ambiental", Editora Record (1998), pág. 87

Analisando a tabela, nota-se que o conceito de Crescimento que existia até 1972 foi evoluindo, mudando para Ecodesenvolvimento em Estocolmo e chegando à Rio-92 como Desenvolvimento Sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável aplicado aos processos de produção pode ser compreendido se for analisado o contexto econômico. Nele, o importante é que o processo leve em consideração todos os custos associados, ou seja, contabilize não somente os custos de matéria-prima, mão-de-obra e outros que são normalmente somados, mas também os custos para o meio ambiente, tais como o alagamento de grandes áreas, a poluição do ar ou mesmo a extinção de alguma espécie (CAVALCANTI, 2004). Quantificando estes custos, tem-se um meio de avaliar se as atividades econômicas são viáveis, produzindo produtos de qualidade, com preços acessíveis e com o menor impacto ambiental possível, ou seja, se os processos são sustentáveis.

Cabe salientar que quantificar os custos ambientais é uma tarefa complexa e que não é sempre aceita, pois envolve fatores não mensuráveis. Para isso foram criados indicadores que refletem a destruição ambiental, estimando o valor econômico dos recursos naturais afetados.

3. Indicadores econômicos

São os instrumentos resultantes da necessidade de quantificar os custos ambientais, porém sem deixar que a sociedade e o mercado entendam isso como um valor monetário simples e acabem comparando com os valores dos bens e processos. A sustentabilidade ambiental parte do princípio que o valor dos recursos naturais está justamente na presença e preservação destes (DALY, 2002).

Os índices a seguir demonstram essa idéia, sendo muito usados nos cálculos econômicos e financeiros das empresas, conforme descrito a seguir, no exemplo da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Rosângela Bacima Quilici, gerente geral do Instituto Pão de Açúcar, diz que “as empresas socialmente responsáveis atraem mais investidores, são mais valorizadas e têm mais credibilidade, porque são vistas como empresas que não estão só explorando”, no sentido de que a ética empresarial gera lucro para a empresa, seus acionistas e para os investidores.

3.1 Índice de Sustentabilidade – IS

O Índice de Sustentabilidade é um instrumento de mercado, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que garante mais qualidade e competitividade aos produtos agropecuários brasileiros. Por meio dele, as empresas podem incorporar a sustentabilidade como estratégia de negócio para agregar valor ao seu produto e aumentar a credibilidade junto ao consumidor. Agregar valor aqui significa investir no desenvolvimento tecnológico limpo, minimizando resíduos e emissões na fonte geradora, desperdícios e custos desnecessários. O valor do Índice deverá variar entre 0 (zero) e 10 (dez), no sentido de sustentabilidade crescente.

O Índice é resultado de uma série de indicadores de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Ele atesta determinadas qualidades do processo produtivo, bem como o alcance de um número de metas de desempenho.

Entre as metas do próprio Índice, destacam-se ser reconhecido e aceito internacionalmente; possuir alta credibilidade e legitimidade; formalizar parceria com as cadeias do agronegócio; articular políticas públicas; ampliar a sustentabilidade do agronegócio; apoiar as negociações internacionais; e agregar valor qualitativo aos produtos brasileiros (Índice de Sustentabilidade – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Conforme ressalta a Embrapa, o novo Índice deverá ampliar os mercados internacionais, aumentar a credibilidade e qualidade do sistema de produção agropecuário

brasileiro. Entre os indicadores de sustentabilidade referendados pelo IS estão o Global Report Initiative (GRI), Global Compact (GC), Dow Jones Sustainability (DJSI), FTSE4good, Socially Responsible Investing (SRI/JSE), Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), Environmental Sustainability Index (ESI) e os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS-IBGE).

3.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE

A preocupação dos consumidores, produtores, empresários e da indústria não tardou a migrar para o pensamento dos investidores: já há alguns anos iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas “investimentos socialmente responsáveis” (SRI, na sigla em inglês), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Essa demanda veio se fortalecendo ao longo do tempo e hoje é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional.

No Brasil, essa tendência já teve início e há expectativa de que ela cresça e se consolide rapidamente. Atentas a isso, a BOVESPA, em conjunto com várias instituições – ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente¹ – decidiram unir esforços para criar um índice de ações (mercado de renda variável) que seja um referencial (“*benchmark*”) para os investimentos socialmente responsáveis, o *ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial* (ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, BOVESPA, 2006).

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, BOVESPA, 2006).

4. Estudo de caso - Petrobras

Conforme descrito anteriormente, para ilustrar o assunto abordado neste artigo, será feito o estudo de um caso prático, e para tal foi eleita a empresa Petrobras, uma das dez maiores no mundo no setor de exploração de petróleo, além de líder e pioneira na extração em águas profundas.

Para tal, foram coletadas diversas informações, seja em relatórios da própria empresa, seus balanços, campanhas de marketing e projetos sócio-ambientais, bem como fatos e informações publicados na mídia, sempre no tocante ao objeto de estudo deste artigo.

Nas pesquisas, dados quantitativos e qualitativos foram utilizados para composição das conclusões da equipe, tendo em mente o porte da empresa escolhida para estudo, o risco ambiental inerente às atividades realizadas e a confrontação dos dados teóricos, práticos e a literatura mencionada anteriormente.

¹ Instituições participantes do Conselho do ISE:

- ABRAPP: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- ANBID: Associação Nacional dos Bancos de Investimento;
- APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo;
- IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- IFC: International Finance Corporation;
- Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social; e
- Ministério do Meio Ambiente.

4.1 Responsabilidade Ambiental da Petrobras

A empresa declara ser comprometida com o Desenvolvimento Sustentável, consumindo os recursos naturais e interagindo com o meio ambiente. A Petrobras entende que para contribuir e melhorar a qualidade de vida da população, ela deve prestar contas à sociedade sobre o impacto de suas atividades na biosfera. Visto que suas atividades de grande porte se resumem a extração de minérios e combustíveis fósseis, além da transformação destes gerando resíduos, a empresa tem uma grande responsabilidade sócio-ambiental. Desta forma ela investe em programas que defendem a preservação do meio ambiente e incentivam o desenvolvimento de uma consciência ambiental nas comunidades em toda sua área de atuação.

Como forma de orientar as ações e projetos da empresa, a Petrobras desenvolveu sua Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) que serviu de referência para a criação das diretrizes específicas para cada atividade realizada, como por exemplo, novos empreendimentos, operação e manutenção e relacionamento com a comunidade. Essa política está descrita a seguir.

Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

- Educar, capacitar e comprometer os trabalhadores com as questões de SMS, envolvendo fornecedores, comunidades, órgãos competentes, entidades representativas dos trabalhadores e demais partes interessadas;
- Estimular o registro e tratamento das questões de SMS e considerar, nos sistemas de consequência e reconhecimento, o desempenho em SMS;
- Atuar na promoção da saúde, na proteção do ser humano e do meio ambiente mediante identificação, controle e monitoramento de riscos, adequando a segurança de processos às melhores práticas mundiais e mantendo-se preparada para emergências;
- Assegurar a sustentabilidade de projetos, empreendimentos e produtos ao longo do seu ciclo de vida, considerando os impactos e benefícios nas dimensões econômica, ambiental e social;
- Considerar a ecoeficiência das operações e produtos, minimizando os impactos adversos inerentes às atividades da indústria.

Fonte: Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, www.petrobras.com.br, acesso em 05/2006.

Seguindo essa política e as diretrizes que dela se formaram, nos últimos três anos a Petrobras investiu cerca de R\$ 5,2 bilhões na segurança ambiental de suas instalações e mais de R\$ 18 milhões em projetos de patrocínio ambiental, como por exemplo, os projetos Tamar, Baleia Jubarte e Peixe-Boi. A empresa aprimorou ainda a sua política de patrocínio, lançando o Programa Petrobras Ambiental em 2003. Com projetos escolhidos por seleção pública, o Programa contemplou investimentos de R\$ 40 milhões nos primeiros dois anos (Programa Petrobras Ambiental – www.petrobras.com.br, acesso em 05/2006).

5. Desastres ambientais da Petrobras

Apesar de todos os esforços e investimentos que a empresa demonstra ter em relação ao meio ambiente, danos ambientais eventualmente acontecem. Seja pelo acaso, pelo risco associado as atividades desenvolvidas ou por imprudência, uma série de desastres ambientais envolvendo o nome da Petrobras mancham a história da marca.

Exemplos que ilustrem grandes desastres ambientais ocorridos com a Petrobras são vários:

- Cubatão (SP) em 1984: um vazamento de gás incendeia uma vila, vizinha aos dutos da empresa;
- Ainda em 1984, uma explosão por vazamento de gás na Bacia de Campos (RJ), plataforma Enchova, deixou um saldo de 37 mortos;
- São Sebastião (SP) em 1992: depois de descarregar óleo num terminal da Petrobras, um navio explode;

Em 1997, um oleoduto que fornece matéria-prima para a Refinaria de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro causou um vazamento de mais de 600.000 litros, que poluíram a reserva de Guapimirim, a segunda mais importante área de manguezal do país. Enquanto o manguezal ainda se recompunha deste acidente, três anos depois o mesmo duto causou novo derramamento de óleo no mar, só detectado pelos sistemas de proteção da Petrobras 4 horas mais tarde, como foi divulgado na mídia na época:

Em janeiro de 2000, houve o rompimento de um duto da Petrobras que deveria levar óleo combustível para a Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Por quatro horas, 1,3 milhão de litros de óleo se misturaram às águas da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, causando danos aos manguezais da região e a morte dos peixes, crustáceos e aves marinhas. O relatório oficial da empresa deduz que o duto se rompeu por fadiga de material. O problema teria decorrido de um erro de projeto e de uma falha no programa de computador que controla o transporte de óleo. Se o programa tivesse funcionado, o vazamento seria detectado num prazo máximo de meia hora. Não funcionou, e o desastre demorou quatro horas para aparecer nos monitores. ("Petrobras: A lição da baía de todos os males", *Revista Época*, edição n. 89 de 31/01/2000).

Dez praias da Baía de Guanabara foram afetadas e 600 pescadores pararam de trabalhar, neste vazamento onde a área atingida foi de 50 quilômetros quadrados, o equivalente a 6.000 campos de futebol.

A Petrobras assumiu prontamente a culpa pelo acidente, e se pôs a trabalhar na limpeza da área afetada. No entanto, a dúvida sobre a qualidade do sistema de contingência e acidentes ficou abalado. Além disso, o fato de o vazamento ter ocorrido no mesmo oleoduto colocou em dúvida a qualidade da manutenção preventiva.

No mesmo ano, a Petrobras esteve envolvida em outro acidente de derramamento de óleo, desta vez na refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná. Neste ocorrido, o vazamento foi ainda maior: os rios Barigui e Iguaçu receberam quatro milhões de litros de óleo. Por causa deste acidente, o Instituto Ambiental do Paraná anunciou que a estatal seria multada em R\$ 150 milhões, valor três vezes maior do que o do acidente anterior na Baía de Guanabara.

Pressionada pela opinião pública, que colocava em dúvida sua capacidade de prevenir e evitar acidentes, a empresa teve de melhorar seu Programa Tecnológico de Dutos (PRODUT), criado em 1998, para desenvolver tecnologia para seu sistema dutoviário. Segundo o engenheiro mecânico Jorge Luiz Kauer, coordenador do PRODUT, "o programa procura diminuir riscos de vazamentos, custos operacionais e de investimentos, além de reduzir o tempo de reparo e o impacto no meio ambiente." (Petrobras investirá na tecnologia de dutos para evitar acidentes, *Revista CREA - SP*, edição de dezembro de 2001, São Paulo).

6. Considerações finais

Casos de extremo desgaste ecológico promovem uma preocupação crescente: a sociedade não está sabendo lidar com o meio ambiente. A continuidade do desmatamento impune, somada a poluição em todos os níveis, o desaparecimento das águas e das espécies, o

efeito estufa, as montanhas de lixo produzidas por uma sociedade egoísta e insensível leva para um estágio alarmante o maltrato pela natureza.

Fica claro ao analisar o assunto, que algumas empresas estão buscando cada vez mais a sustentabilidade dos seus processos. Quer seja por iniciativa própria ou até mesmo por incentivos fiscais, é inegável que para se ter sucesso a médio e longo prazo, é necessário que se tenha uma boa imagem perante a sociedade e o mercado (KINLAW, 1998).

A questão ambiental se encaixa perfeitamente nesse perfil. A partir do momento que a população enxerga o meio ambiente com preocupação e vê nos processos de produção um grande culpado por sua destruição, as empresas que mostrarem responsabilidade ambiental terão cada vez mais espaço entre os consumidores, com isso o grande objetivo de alcançar o lucro e o crescimento acaba revertendo positivamente a favor dos recursos naturais.

A Petrobras dedica um grande investimento e esforço tentando seguir esta tendência. Através de programas de preservação do meio ambiente, de medidas que visam diminuir cada vez mais os riscos de acidentes e de participação na carteira teórica que compõe o ISE (BOVESPA), a empresa busca o Desenvolvimento Sustentável, e assim visa fixar uma boa imagem ao se tratar de meio ambiente.

Apesar de toda essa preocupação, muitos acidentes aconteceram no decorrer dos anos, evidenciando que alguma parte do processo tem falhado. Seja por monitoramento insuficiente ou fadiga de materiais, como no citado caso da Baía de Guanabara em 2000, seja pelo elevado risco inerente às atividades desenvolvidas, o fato é que os desastres ocorreram e causaram impactos enormes aos recursos naturais. “Não há o que comemorar na política global de preservação de um patrimônio que não foi construído por nenhuma geração, mas que as atuais estão comprometendo aceleradamente” (NALINI, 2003).

Ainda há pouco avanço na preservação dos recursos naturais. Mesmo com a nova visão das empresas, o meio ambiente continua sendo colocado em segundo plano quando o tema principal é a área financeira. Todavia, isto não é suficiente para uma organização de produção moderna, visto que seu papel não é apenas gerar lucros, mas também ser responsável social e ambientalmente.

Sendo assim, já não seria utopia pensar em empresas que maximizem a eficiência dos processos, garantindo a sustentabilidade ambiental necessária à todos nós e às gerações futuras, visto que a sobrevivência dessas instituições depende do correto funcionamento das mesmas junto à sociedade (TREVISAN, 2002).

Conforme define Schmidhleiny, a forma de impulsionar a sustentabilidade consiste em saber gerenciar adequadamente o desenvolvimento, promovendo uma gestão que proteja o meio ambiente integrado aos interesses sociais e econômicos. Desta forma, é de se questionar se são suficientes os esforços das empresas neste sentido, visto o tamanho do impacto gerado nos processos de produção; até onde vai o papel do estado na regulamentação, controle e punição; e as pressões da sociedade e de organizações do terceiro setor, como forma de minimizar este impacto e promover a sustentabilidade.

7. Referências bibliográficas

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. Campinas, 2004.

DALY, H. A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

GRAJEW, O. Por um mundo mais seguro. Guia Exame de boa cidadania corporativa, São Paulo, v. 754, n. 24, p. 20-21, novembro 2001.

KINLAW, D.C. Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental. São Paulo: Makron Books, 1998.

NALINI, J. R. Ética Ambiental. Campinas: Millennium, 2003.

SCHMIDHLEINY, S. Fazer mais com menos. Exame, São Paulo, n. 17, agosto 2002. P. 102-106.

TREVISAN, A. M. A empresa e seu papel social. 2002.

VIEIRA, L.; BREDARIOL, C. Cidadania e Política Ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

BOVESPA, disponível em: <www.bovespa.com.br>. Acesso em: 05/2006.

Instituto ETHOS, disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 05/2006.

EMBRAPA, disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 05/2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 05/2006.

Programa Petrobras Ambiental, disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em: 05/2006.

Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, disponível em: <www.petrobras.com.br>. Acesso em: 05/2006.

Revista CREA-SP, dezembro 2001.

Revista Época, edição n. 89, 2000.

Revista VEJA, ed. 1508, 13 de agosto de 1997.

Revista VEJA, ed. 1633, 26 de janeiro de 2000.

Revista VEJA, ed. 1692, 21 de março de 2001.

VEJA Rio, 12 de março de 2003.

Abstract: This article approaches undertaking's environmental sustainability and its relation with the society vision about this matter. This approach gives a perception of the environment preservation needs, worthy aggregation to the mark which being environmentally responsible brings and the economic benefits of this aggregation. It has been done an analysis using the company Petrobras, which makes big investments in prevention and environmental cares, however even with so many investments, continued accidents happened in the last years which caused environmental disasters and as consequence caused a spot in the image of the

company. The conclusion of this work is to a company obtain success in the long term, this must be economically healthy and correct environmentally, so, be sustainable.

Keywords: Environmental responsibility; Sustainability; Business Ethics.